

**Lemar S/A Comércio e Serviços de Automóveis**  
CNPJ 60.794.013/0001-01  
REF: Edital de 1ª Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que será realizada em 02/12/2022 às 11:00 horas.

Prezados Senhores Acionistas da Companhia Lemar S/A Comércio e Serviços de Automóveis, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.794.013/0001-01. Vimos pela presente, convidar aos senhores acionistas da LEMAR S/A COMÉRCIO E SERVIÇOS DE AUTOMÓVEIS S/A, inscrita no CNPJ/MF 60.794.013/0001-01, a se reunirem em 1ª convocação da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia 02 de dezembro de 2022, às 11:00 horas nesta capital, à Rua Itapeva, 202, cj. 111, 11º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, para discutir a seguinte ordem do dia: a) Ratificação da integral das deliberações Aprovadas da AGOE datada em 18.06.2019 (em atendimento a exigência da JU-CESP datada em 13.02.2020, Protocolo nº 0.110.403/20-4); b) Ratificação das deliberações e demonstrações financeiras Aprovadas e acompanhadas do relatório da administração, balanço patrimonial, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018, aprovadas na AGOE datada em 18.06.2019 (em atendimento a exigência da JU-CESP datada em 13.02.2020, Protocolo nº 0.110.403/20-4); c) Exame, deliberação e votação das demonstrações financeiras acompanhadas do relatório da administração, balanço patrimonial, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021; d) Deliberação e eleição do novo diretor presidente da empresa para o triênio 2022-2025; e) Outros assuntos de interesse da Sociedade; Pela relevância dos assuntos a ser tratados, lembramos a conveniência do comparecimento de todos, ou se fizerem representar na referida Assembleia, munidos de procuração. Informamos ainda que os documentos objeto das deliberações estão à disposição dos sócios para vistas no endereço no Escritório de Contabilidade da Sociedade à Rua Olímpio Portugal, 103, Moca, São Paulo/SP, CEP 03112.010. Aguardando a valiosa presença de todos, anticipo meus agradecimentos. Cordialmente, São Paulo, 26 de outubro de 2022. **Lemar S/A Comércio e Serviços de Automóveis.**

## A leitura na medida certa.



**Anuncie:**  
11. 3729-6600  
comercial@gazetasp.com.br

## Fibre Brasil Participações S.A.

CNPJ nº 37.513.619/0001-00

Balancos Patrimoniais			
Em 31 de dezembro de 2021 (em reais - R\$)			
Ativos	Notas	2021	2020*
Disponibilidades	4	1.277.843	-
Contas a receber	-	50	50
		1.277.893	50
Investimento ao valor justo	5	456.900.000	-
<b>Ativo Total</b>		<b>458.177.893</b>	<b>50</b>
Passivo			
	Notas	2021	2020*
Contas a pagar	-	45.947	-
Impostos a pagar	7	9.665	-
Outros valores a pagar	8	141.000.000	-
		141.055.612	-
Provisão	8	162.500.000	-
<b>Passivo total</b>		<b>303.555.612</b>	<b>-</b>
Ativos Líquidos			
	Notas	2021	2020*
Capital social	9	143.915.338	500
Prejuízos acumulados	-	10.706.943	(450)
<b>Total de patrimônio líquido</b>		<b>154.622.281</b>	<b>50</b>

\* (não auditado) As políticas contábeis e notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras 2021			
Demonstrações dos Resultados Abrangentes			
Referentes ao exercício findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais - R\$)			
	Notas	2021	2020*
<b>Receitas</b>			
Despesas operacionais	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	10	(192.420)	-
<b>Total das despesas operacionais</b>		<b>(192.420)</b>	<b>-</b>
<b>Prejuízo operacional líquido</b>		<b>(192.420)</b>	<b>-</b>
Atos do resultado financeiro			
<b>Resultado financeiro líquido</b>			
Resultado financeiro	-	(233)	-
Prejuízo operacional líquido	-	(192.653)	-
Ganho líquido sobre investimentos ao valor justo	-	-	-
<b>Ganho líquido não realizado sobre investimentos ao valor justo</b>		<b>10.899.596</b>	<b>-</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-	10.706.943	-
Lucro líquido referente ao exercício	5	10.706.943	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-
<b>Total de resultados abrangentes referentes ao exercício</b>		<b>10.706.943</b>	<b>-</b>

\* (não auditado) As políticas contábeis e notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais - R\$)				
	Nota	Capital social	Lucros acumulados	Total
Saldo em 20 março de 2020*	-	-	-	-
Contribuição de capital*	9	50	-	50
Total de resultados abrangentes referentes ao exercício	-	-	-	-
- Lucro líquido referente ao exercício*	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020*	-	50	-	50
Contribuição de capital	9	143.915.288	-	143.915.288
<b>Total de resultados abrangentes referentes ao exercício</b>		<b>143.915.288</b>	<b>-</b>	<b>143.915.288</b>
- Lucro líquido referente ao exercício	-	-	10.706.943	10.706.943
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>143.915.338</b>	<b>10.706.943</b>	<b>154.622.281</b>

\* (não auditado) As políticas contábeis e notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
Referentes ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2021 (em reais - R\$)		
	2021	2020*
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido referente ao exercício	10.706.943	-
<b>Ajuste</b>		
Ganho líquido não realizado sobre investimentos ao valor justo	(10.899.596)	-
<b>Fluxos de caixa operacionais antes das alterações no capital de giro</b>		
<b>Alterações no capital de giro</b>		
Diminuição nas contas a receber	-	(50)
Aumento nas contas a pagar	45.947	-
Aumento nos impostos a pagar	9.665	-
Pagamento para aquisição de investimentos	(446.000.404)	-
Aumento em outros valores a pagar	141.000.000	-
Aumento na provisão	162.500.000	-
<b>Fluxos de caixa decorrentes de operações</b>	<b>(142.637.445)</b>	<b>(50)</b>
<b>Fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento</b>		
Proventos advindos de contribuições de capital	143.915.288	50
<b>Fluxos de caixa líquidos decorrentes de atividades de financiamento</b>	<b>143.915.288</b>	<b>50</b>
<b>Aumento líquido nas disponibilidades</b>	<b>1.277.843</b>	<b>-</b>
Disponibilidades, início do exercício	-	-
<b>Disponibilidades, fim do exercício</b>	<b>1.277.843</b>	<b>-</b>

\* (não auditado) As políticas contábeis e notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e dezembro de 2020, não ocorreram transferências entre níveis. **Reconciliação de nível 3:** Para os instrumentos financeiros classificados no Nível 3 da hierarquia, a saber, os investimentos, as reconciliações entre os saldos inicial e final em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 são as seguintes:

	2021	2020*
Saldo inicial	-	-
Aquisição de investimento	446.000.404	-
Ganho líquido não realizado em investimentos ao valor justo	10.899.596	-
<b>Saldo final</b>	<b>456.900.000</b>	<b>-</b>

\* (não auditado) Como a aquisição da FiBrasil ocorreu durante o exercício, o valor justo deste investimento é mensurado por seu custo, ajustado ao longo do tempo, utilizando uma taxa de retorno esperada. Assim, nenhum dado não observável foi utilizado para sua avaliação e nenhuma análise de sensibilidade foi realizada.

**7. Impostos a pagar:**

	2021	2020*
IRRF Retidos	2.887	-
PIS - Cofins - CSLL Retidos	6.778	-
	9.665	-

\* (não auditado)

**8. Outros valores a pagar e provisão:** Em setembro de 2021, a Companhia registrou uma obrigação de R\$ 303.500.000, representando R\$ 141.000.000 de saldo de compra de ações e R\$ 162.500.000 de contraprestação contingente, ambos devidos à Vivo, principal arrendatária da FiBrasil, em relação às 200.001 ações adquiridas da Vivo em 02 de julho de 2021. O valor da contraprestação contingente aumentou o valor de custo do investimento da Companhia na FiBrasil e foi depositado na conta de provisão. A Companhia reavalia o valor da contraprestação contingente simultaneamente à reavaliação de seu investimento na FiBrasil. **9. Capital social:** O capital subscrito totaliza R\$ 143.915.338, representado por 143.915.338 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 cada. O capital é detido da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020*
	Participação acionária (%)	Participação acionária (%)
Caisses de depósito e placement du Quebec	99,84%	100,00%
Q.C. Services B.V.	0,16%	0,00%
Ações ordinárias, em 31 de dezembro de 2021	100,00%	100,00%

\* (não auditado)

**10. Despesas gerais e administrativas:**

	2021	2020*
Contabilidade	192.420	-

\* (não auditado)

**11. Identificação e gestão de risco: Visão geral da gestão de riscos:** A Companhia está exposta aos riscos descritos abaixo. As estratégias, políticas e controles implementados visam a assegurar que os riscos financeiros e riscos relacionados assumidos pela Companhia estejam alinhados aos objetivos da Companhia e ao nível de tolerância a riscos. Além disso, os riscos financeiros da Companhia são regidos por políticas e procedimentos adotados pelo CDPO, que fornecem uma estrutura para gestão de riscos financeiros para todas as operações da Companhia. A política de gestão integrada de riscos do CDPO define o risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez aos quais a Companhia está exposta. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de oscilação do valor justo ou dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a mudanças nos preços de mercado. Está relacionado sobretudo ao risco de juros. O risco de taxas de juros é o risco de oscilação do valor justo de instrumentos financeiros ou dos fluxos de caixa futuros como resultado de alterações nas taxas de juros de mercado. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger sua exposição à variação nas taxas de juros. A Companhia está exposta aos efeitos de mudanças futuras no nível prelevante das taxas de juros sobretudo em razão dos depósitos bancários da Companhia. Como a receita de juros derivada de depósitos com bancos não é considerada uma fonte importante de receita para a Companhia, o impacto das mudanças nas taxas de juros sobre os ativos financeiros da Companhia é mínimo. **Risco de crédito:** O risco de crédito é a possibilidade de ocorrer perda de valor caso um tomador de empréstimo, endossado ou fiador passe por uma deterioração em sua situação financeira, deixe de cumprir uma obrigação de amortização de um empréstimo ou não cumpra qualquer outro compromisso financeiro. O risco de crédito dos ativos financeiros da Companhia, como disponibilidades e outros valores a receber, decorre da inadimplência da outra parte, com exposição máxima igual aos valores contábeis desses instrumentos. As disponibilidades são mantidas em instituições financeiras conceituadas enquanto os demais valores a receber são muito baixos. Como resultado, nenhuma provisão para perdas foi reconhecida com base nas perdas de crédito esperadas ao longo da vigência, uma vez que tal desvalorização seria totalmente insignificante para a Companhia. Não há nenhum ativo financeiro vencido ou desvalorizado ou que de outra forma esteja vencido ou desvalorizado. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de déficit de caixa encontrado pela Companhia para cumprir as obrigações associadas aos passivos financeiros. A política da Companhia prevê monitorar regularmente suas necessidades de liquidez no curto e longo prazos. A tabela a seguir apresenta os vencimentos dos fluxos de caixa contratuais não descontados do passivo não circulante, a saber, a provisão:

31 de dezembro de 2021				
	Menos	Mais de		
	Sob demanda	de 1 ano	1 a 5 anos	Total
Provisão	-	-	47.013.814	452.958.326
			499.972.140	

\* (não auditado)

**12. Participações em outras entidades: Coligadas:** A tabela a seguir apresenta as participações societárias detidas nas principais coligadas em 31 de dezembro de 2021, bem como as participações comparativas em 31 de dezembro de 2020:

	2021	2020 (não auditado)
Sede	Participação acionária (%)	Participação acionária (%)
Serviços de abastecimento público FiBrasil/ Brasil	25,00	Nenhuma

\* A Companhia detém o controle conjunto da FiBrasil, pois detém, juntamente com a Controladora, um total de 50,00% do capital com direito a voto.

Contador	
<b>Marcio Criolezto Gozzo - CRC</b>	1SP243141/O-6

**1. Constituição e natureza de operações:** A Fibre Brasil Participações S.A. ("Companhia") é uma Companhia anônima com sede registrada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, Torre Norte, 5º andar, Conj. 51, Itaim Bibi, município de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia é subsidiária da Caisse de dépôt et de placement du Québec ("CDPO" ou "Controladora"). A CDPO é uma Companhia constituída em Québec, Canadá. A Companhia foi constituída em 20 de março de 2020 e foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"). O objeto social da Companhia é a participação em outras sociedades, como quotista ou acionista, no país ou no exterior. **2. Resumo das principais políticas contábeis: 2.1. Base de preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Lei brasileira de Sociedades por Ações (Lei 6404/76), conforme alterada pela Lei 11638/07 de 28 de dezembro de 2007, e a Lei 11941 de 27 de maio de 2009. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas com base nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). **Alterações em políticas contábeis e normas emitidas ou alteradas recentemente:** As políticas contábeis adotadas condizem com as do exercício financeiro anterior. **Apresentação e base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, em exceção a determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, conforme descrito nas seguintes políticas contábeis. O custo histórico é baseado no valor justo da contraprestação paga em troca de ativos. Os ativos e passivos foram classificados como circulante quando fosse provável que sua realização ou liquidação ocorresse nos próximos 12 meses. Do contrário, foram classificados como não circulante. **Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de setembro de 2022. **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, que é a moeda funcional que atua a Companhia e a moeda de seus relatórios financeiros. Todos os valores são expressos em reais, salvo indicação em contrário. As transações em moedas estrangeiras são mensuradas em reais e registradas às taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são mensurados às taxas de câmbio vigentes ao fim do período do relatório. Itens não monetários mensurados em moeda estrangeira são mensurados em reais e convertidos às taxas de câmbio vigentes nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos às taxas de câmbio vigentes na data em que o valor justo foi mensurado. O patrimônio líquido é convertido às taxas históricas. As diferenças cambiais decorrentes da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários ao fim do período de relatório são reconhecidas nos resultados. **Reconhecimento de receitas e despesas:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A receita é apresentada pelo valor líquido, ou seja, com a dedução dos impostos incidentes sobre ela e dos descontos concedidos. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer descontos comerciais estimados e/ou bônus concedidos ao comprador e outras despesas semelhantes. **2.2. Estimativas e julgamentos contábeis significativos:** A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia em conformidade com as IFRSs exige que a administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetem a mensuração das políticas contábeis e os valores informados de ativos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e pressupostos relacionados são analisados continuamente. Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas forem revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **Julgamentos feitos na aplicação de políticas contábeis:** Ao aplicar as políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles envolvendo estimativas, que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: **(a) Apreciação como entidade de investimento:** As entidades que atendem à definição de entidade de investimento prevista no CPC 35 - Demonstrações Separadas são obrigadas a mensurar suas controladas ao valor justo por meio do resultado, em vez de consolidá-las. Os critérios que definem uma entidade de investimento são os seguintes: (i) Uma entidade que obtenha recursos de um ou mais investidores com a finalidade de fornecer serviços de investimento a esses investidores; (ii) Uma entidade que declare a seus investidores que seu objetivo comercial é investir recursos exclusivamente para retornos decorrentes de valorização do capital, rendimentos de investimentos ou ambos; e (iii) Uma entidade que mensura e avalia o desempenho de praticamente todos os seus investimentos com base no valor justo. O objetivo da Companhia é investir em private equity para fins de retorno na forma de rendimentos de investimentos e valorização de capital. A administração e os conselheiros monitoram o desempenho da Companhia e informam esse desempenho aos seus investidores com base no valor justo. Todos os investimentos são informados ao valor justo na extensão permitida pelos CPCs nas demonstrações financeiras da Companhia e a Companhia possui uma estratégia de saída claramente documentada para todos os seus investimentos. A administração também concluiu que a Companhia atende às características adicionais de uma entidade de investimento, na medida em que possui mais de um investidor e sua Controladora obteve recursos de mais de um depositante. Embora sua controladora não satisficaz a terceira característica de ter investidores que não são partes relacionadas porque sua controladora e os depositantes são relacionados, a empresa ainda assim se qualifica como entidade de investimento. A administração acredita que ter depositantes relacionados à entidade de investimento não compromete a missão de sua controladora de investir para obter retornos decorrentes de valorização de capital, rendimentos de investimentos, ou ambos, para seus depositantes. Ante o exposto, a administração concluiu que a Companhia atende à definição de entidade de investimento. Essas conclusões serão reavaliadas anualmente, caso algum desses critérios ou características se alterem. **(b) Participações em outras entidades:** A administração deve exercer discernimento para determinar se a Companhia possui controle, controle conjunto ou influência significativa sobre determinadas entidades e sobre a detenção de participação em entidades estruturadas. Será exercido discernimento sobre a relação entre a Companhia e qualquer entidade na qual a Companhia detenha participação no momento do investimento inicial e ele será reavaliado quando fatos e circunstâncias indicarem a hora uma ou mais alterações nos elementos de controle. A Companhia detém participações em uma entidade estruturada quando direitos de voto ou análogos não forem o fator predominante na decisão de quem controla a entidade. A Companhia controla uma controlada, incluindo uma entidade estruturada, somente se os critérios do CPC 35 forem atendidos: 1) tem poder de decisão sobre as atividades relevantes da entidade; 2) tem exposição ou direitos a retornos variáveis decorrentes de sua interação com a entidade; e 3) tem poder de influenciar o valor dos retornos. Quando a gerência detém o poder de decisão, vários fatores são levados em consideração, como a existência e o efeito de direitos de voto reais e potenciais detidos pela Companhia que possam ser exercidos, a posse de instrumentos conversíveis em ações com direito a voto, a existência de acordos contratuais por meio dos quais as atividades relevantes da entidade podem ser determinadas, bem como outras circunstâncias que afetarem a tomada de decisões. A Companhia tem influência significativa sobre uma coligada quando tiver o poder de participar das decisões da política financeira e operacional da entidade. Considera-se que possui influência significativa quando detiver 20% ou mais dos direitos de voto de uma entidade, mas não possui controle ou controle conjunto. A Companhia tem controle conjunto sobre uma joint venture quando houver um acordo contratual ou tácito em que as decisões sobre atividades relevantes requererem a anuência unânime das partes que compartilham o controle e quando essas partes tiverem direitos sobre os ativos líquidos do acordo. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** As principais premissas relativas ao futuro e outras fontes principais de incerteza das estimativas ao fim do período de relatório são apresentados abaixo. A administração baseou suas estimativas e premissas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras foram elaboradas. As circunstâncias existentes e pressupostos referentes a desenvolvimentos futuros podem, entretanto, mudar devido a mudanças no mercado ou circunstâncias que surgirem fora do controle da Companhia. Tais mudanças são indicadas nas premissas, quando ocorrerem. **Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo é definido como o preço que seria recebido para vender um ativo ou pagar para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de avaliação de forma consistente com a estratégia de investimento da Companhia. A Companhia investe em instrumentos financeiros mensurados ao valor justo que são baseados em

políticas e processos internos de avaliação. Constam informações de valor justo na nota 6. Os investimentos para os quais as cotações de mercado não estejam prontamente disponíveis são avaliados por seu valor justo conforme determinado de acordo com os procedimentos adotados pela Companhia, tais como as diretrizes internacionais de avaliação geralmente aceitas com a recomendação da gerência, o que inclui a aplicação de técnicas de avaliação por referência aos valores justos de transações recentes em condições normais de mercado, o uso de múltiplos de empresas comparáveis, como múltiplos de EBITDA, múltiplos de preço para valor contábil e análises de fluxo de caixa descontado, ajustados para refletir as circunstâncias específicas do emissor. Devido à incerteza inerente da avaliação, esses valores estimados podem divergir expressivamente. **Impacto da Covid-19 em julgamentos, estimativas e premissas:** A pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde em 2020 continua a afetar a atividade econômica global e a criar elevados níveis de incerteza e volatilidade nos mercados financeiros e acionários. As principais estimativas e premissas, bem como a análise e gerenciamento de riscos, levam em consideração as incertezas e fatores relacionados à pandemia conhecidos até o momento. As principais estimativas e premissas incluem aqueles relacionados a dados não observáveis usados para mensurar o valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos. Os resultados informados indicam as melhores estimativas da Companhia. A Companhia continua monitorando a evolução da pandemia e seu impacto. As técnicas de avaliação de valor justo e as informações não observáveis utilizadas são apresentadas na nota 6. **2.3. Ativos financeiros e passivos financeiros: (a) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros (e somente nesse momento). A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Quando os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente, são mensurados ao valor justo acrescido, no caso de ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado, dos custos diretamente atribuíveis. Mensuração posterior: (i) **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são mantidos para receber fluxos de caixa contratuais que correspondem apenas a pagamentos do valor principal e juros sobre o valor principal. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, subtraída a desvalorização. A Companhia inclui nesta categoria disponibilidades e contas a receber. (ii) **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (FVTPL):** O modelo de negócios da Companhia para gestão de investimentos e a avaliação de desempenho são baseados no valor justo. Dessa forma, o investimento é classificado e mensurado ao FVTPL. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao FVTPL são mensurados pelo valor justo. Quaisquer ganhos ou prejuízos decorrentes de alterações no valor justo dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou prejuízos líquidos de ativos financeiros ao valor justo incluem diferenças cambiais. (iii) **Baixa contábil:** Os ativos financeiros são baixados quando prescrevem os direitos contratuais para receber o fluxo de caixa decorrente dos ativos, praticamente todos os riscos e vantagens da propriedade do ativo ou controle dos ativos são transferidos. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, as diferenças entre o valor contábil e a soma da contraprestação recebida são reconhecidas no resultado. (iv) **Descontos de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia reconhece uma provisão para perda de crédito esperada para todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. **(b) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros (e somente nesse momento). A Companhia determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial. Mensuração posterior: (i) **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Todos os passivos financeiros são mensurados posteriormente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Esses passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Ganhos e prejuízos são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados e por meio do processo de amortização. (ii) **Baixa:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é quitada, cancelada ou prescrita. Na baixa, a diferença entre o valor contábil e a contraprestação paga é reconhecida no resultado. **2.4. Participações em outras entidades:** As participações da Companhia em controladas, coligadas e entidades estruturadas não controladas são classificadas ao valor justo por meio do resultado, pois a Companhia atende à definição de entidade de investimento abrangida no CPC 35. Conseqüentemente, a Companhia não consolida suas controladas e não contabiliza seu investimento em coligadas pelo método de equivalência patrimonial. **2.5. Disponibilidades:** Disponibilidades compreendem depósitos à ordem e aplicações financeiras de curto prazo de elevada liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de disponibilidades e sujeito a um risco irrisório de alteração de valor. **3. Normas emitidas, mas ainda sem efeito:** Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia considerou as novas normas e interpretações contábeis emitidas pelo CPC aplicáveis às pequenas e médias empresas, respectivamente, que passaram a vigorar para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2021: (a) CPC 50 - Contratos de seguro; (b) Alterações ao CPC 26: Classificação do passivo em circulante ou não circulante; (c) Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis; (d) Alterações ao CPC 26 (F11) - Modelos de políticas contábeis. Essas novas normas e interpretações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

**4. Disponibilidades:**

	2021	2020*
Contas bancárias	1.277.843	-

\* (não auditado)

**5. Investimento a valor justo:** Em 02 de julho de 2021, a Companhia adquiriu 500.001 ações representativas de 25% de participação na FiBrasil, uma joint venture que desenvolve e opera uma rede de fibra ótica no Brasil cuja principal arrendatária é a Vivo, empresa brasileira de telecomunicações. As ações foram adquiridas diretamente da Vivo. Os detalhes sobre o investimento ao valor justo ao fim do período de relatório são os seguintes:

31 de dezembro de 2021			
	Custo	Valor justo	Ganho não realizado no investimento
Investimento na FiBrasil	446.000.404	456.900.000	10.899.596

\* (não auditado)

**6. Valor justo de instrumentos financeiros:** A Companhia classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a significância das informações utilizadas na realização das mensurações. A hierarquia do valor justo tem os seguintes níveis: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que a Companhia possa acessar na data de mensuração; Nível 2 - Dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que possam ser observados para os ativos ou passivos diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados de preços); e Nível 3 - Dados referentes aos ativos ou passivos que não sejam baseados em dados de mercado observáveis (ou seja, dados que não possam ser observados). O nível na hierarquia do valor justo dentro do qual as mensurações do valor justo são classificadas em sua totalidade é determinado em função do dado de menor nível que seja significativo às mensurações do valor justo em sua totalidade. Para tanto, a significância de um dado é avaliada em relação às mensurações do valor justo em sua totalidade. Se uma mensuração de valor justo utilizar dados observáveis que requerem ajuste